O mundo em crise: qual é a grande estratégia do Brasil?

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 22 de novembro de 2026

Desde o posto de observação que mantemos neste espaço da Gazeta do Povo, temos acompanhado, ao longo dos últimos anos, os principais acontecimentos estratégicos e geopolíticos internacionais. O quadro que temos apresentado é nada alentador: aumento das tensões, da conflitividade e das guerras ao redor do mundo.

A guerra de alta intensidade na Europa já se estende por quase cinco anos, e as ações de guerra híbrida russa por todo o continente, cada vez mais intensas, aumentam o risco de ampliação do conflito. No Oriente Médio, os EUA estão envolvidos em mais uma guerra sem fim à vista, enquanto as hostilidades se estendem por diferentes países da região. No Indo-Pacífico, as tensões em torno de Taiwan e as rivalidades da China com o Japão e com as Filipinas vêm se agravando. Na África, conflitos internos e disputas entre Estados também compõem esse cenário de insegurança, com destaque para o Chifre da África e para a República Democrática do Congo.

Infelizmente, pelo rumo dos acontecimentos, temo que as coisas possam piorar bastante antes de melhorar.



Comecemos pela guerra na Europa. O conflito na Ucrânia chega esta semana aos 1.700 dias sem nenhuma perspectiva de paz no horizonte. Pelo contrário, o presidente Putin acaba de externar a intenção de criar uma “zona de segurança nas áreas adjacentes” ao território russo, no interior da Ucrânia, o que acrescentaria às aspirações russas de expansão territorial áreas das províncias ucranianas de Sumy e Kharkiv, para além das já parcialmente ocupadas Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson. Tais objetivos maximalistas de Putin comprometem a segurança e a integridade territorial da Ucrânia e tornam ainda mais distante um acordo de paz. Além disso, as ações de guerra híbrida russa vêm se intensificando, aumentando o risco de ampliação do conflito. A insegurança também se agrava no Mar Negro. Neste mês de outubro, pelo menos sete navios mercantes foram atacados por drones, ao largo das costas da Romênia e da Bulgária, países integrantes da OTAN. Os ataques à navegação comercial acrescentam mais um fator de tensão ao expandir os efeitos da guerra para além das fronteiras ucranianas.

O conflito no Irã permanece numa situação de impasse, com repercussões sobre o mercado internacional de petróleo. O Brent encerrou a última sexta-feira na casa dos 110 dólares por barril, cerca de 52% acima do último fechamento anterior à guerra, iniciada em 28 de fevereiro. Os EUA mantêm o bloqueio

naval aos portos iranianos, mas nem os EUA nem o Irã podem proclamar vitória, e um acordo está longe de ser alcançado porque as exigências de uma parte são inaceitáveis para a outra. O presidente dos EUA descartou novos ataques antes das eleições parlamentares de 3 de novembro, mas mantém aberta a possibilidade de retomar as operações militares. Enquanto isso, os ataques à navegação nas proximidades do Estreito de Hormuz se intensificam. Na última semana, dois navios atingidos por projéteis afundaram na região.

Do outro lado da Península Arábica, os houthis atacaram repetidas vezes o aeroporto internacional de Riade e outras instalações sauditas. A sequência de ataques deixou pelo menos 19 mortos e centenas de feridos. A Arábia Saudita reagiu, bombardeando posições houthis no Iêmen e recorrendo ao apoio de seus aliados Turquia e Paquistão. O apoio turco tem se concentrado no fornecimento de equipamentos e na assistência técnica e defensiva. O Egito, por sua vez, declarou estar disposto a adotar as medidas necessárias para defender a Arábia Saudita, caso seja solicitado, embora uma eventual ação militar dependa de aprovação parlamentar. Na Faixa de Gaza, os ataques israelenses também prosseguem, sem uma solução à vista.



Todos esses conflitos no Oriente Médio possuem sobreposições e

conexões que fazem com que ações em cada um dos diferentes teatros de operações possam repercutir nos demais, alimentando a escalada e ampliando o risco de generalização do conflito. Nesse sentido, o envolvimento da Turquia, um membro da OTAN, no apoio à Arábia Saudita contra os houthis merece especial preocupação. Embora não implique o envolvimento automático da Aliança Atlântica, a possibilidade de incidentes que atinjam militares ou equipamentos turcos acrescenta um novo fator de risco, com potencial para gerar tensões e pressões políticas sobre os demais integrantes da aliança.

À deterioração do cenário internacional soma-se o fenômeno da polarização social, em grande parte alimentado pelas "bolhas" das redes sociais, que agrava tensões e dificulta a busca de soluções consensuais. As violentas manifestações que assolaram a Europa no último final de semana, especialmente na França, são uma expressão dessas tensões. No campo político, a polarização dificulta a construção de consensos nacionais entre grupos rivais, comprometendo a continuidade de políticas de Estado que ultrapassem os períodos de governo.

O debate sobre a preparação nacional já se impõe em outros países. No Reino Unido, o chefe do Estado-Maior do Exército, General Roly Walker, alertou na semana passada que a população britânica terá de discutir os sacrifícios exigidos pela prioridade à defesa. Uma pesquisa do instituto Ipsos revela a dificuldade desse debate: enquanto mais da metade dos britânicos apoia o aumento dos gastos militares, metade afirma que não pegaria em armas pelo país em nenhuma circunstância. Preparar uma sociedade para enfrentar ameaças exige, portanto, mais do que decisões governamentais: exige conscientização e a construção de consensos sobre responsabilidades e custos.

Enquanto o cenário internacional se mostra tão desafiador, no Brasil, em plena campanha eleitoral, temo que não estejamos suficientemente atentos às severas repercussões que esse quadro pode trazer para o país nos próximos anos.

Qual é a Grande Estratégia do Brasil, entendida como uma teoria para se alcançar os objetivos nacionais a médio e longo prazo, nesse cenário de crise internacional? Aliás, quais são os objetivos nacionais permanentes e as prioridades de médio e longo prazo que deveriam orientar essa estratégia, sustentados por um consenso nacional mínimo, independentemente do governo de turno? Temos planos para enfrentar uma crise econômica global? Para uma guerra generalizada na Europa? Para uma crise no Indo-Pacífico? Para alguma surpresa estratégica na América do Sul?

Reconheço a dificuldade de se responder a essas questões. Mas é preciso enfrentá-las. A campanha eleitoral deveria ser uma oportunidade para debater os interesses nacionais e a preparação do Brasil para um cenário internacional cada vez mais instável. Até aqui, temos desperdiçado essa oportunidade. Construir consensos mínimos e dar continuidade às políticas de Estado é uma tarefa que ultrapassa governos. As crises internacionais não esperam que resolvamos nossas divergências internas para imporem seus desafios.

Este artigo foi originalmente publicado na Gazeta do Povo, em 19 de outubro de 2026

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!